



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

**ATO TRT GP N. 001/2019**

João Pessoa, 02 de janeiro de 2019.

**O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais, regimentais, e tendo em vista o constante no Protocolo TRT n. 000.17521/2018,

**R E S O L V E**

**Conceder, ad referendum** do Egrégio Tribunal Pleno, aposentadoria voluntária à servidora **CLARISSA MARIA DE BRITO SILVA VILLAR**, matrícula n. 245.022.109, no cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, classe “C”, padrão 13, com proventos integrais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, acrescidos do percentual de 11% (onze por cento) de gratificação adicional por tempo de serviço (anuênio), consoante o disposto no art. 67 da Lei n. 8.112/90 (redação original), art. 6º da Lei n. 9.624/98 e art. 15, inciso II, da MP n. 2.225-45/2001, da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, decorrente da incorporação de 2/5 (dois quintos) do Cargo em Comissão de Assessor de Juiz – CJ-03 e 3/5 (três quintos) da Função Comissionada de Assistente de Secretário – FC-05, de acordo com o art. 62 da Lei n. 8.112/90 e art. 3º da Lei n. 8.911/94 c/c o art. 62-A da Lei n. 8.112/90 (incluído pela MP n. 2.225-45/2001), do Adicional de Qualificação – AQ, decorrente da conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização (arts. 14 e 15, III, da Lei n. 11.416/2016) e por fim, da parcela opção correspondente a 65% (sessenta e cinco por cento) do cargo em comissão de Assessor de Juiz – CJ-03, com fundamento no art. 18, § 2º, da Lei n. 11.416/2006 (com redação dada pela Lei n. 12.774/2012), no art. 193 da Lei n. 8.112/90 e no Acórdão n. 2076/2005 do C. TCU, com efeitos a contar da publicação, consoante o disposto no art. 188 da Lei n. 8.112/90.

Dê-se ciência.

Publique-se no DA\_e.

**EDUARDO SERGIO DE ALMEIDA**  
Desembargador Presidente